

# REUNIÃO DO GRUPO EXECUTIVO DO COMITÊ INTERMINISTERIAL

## GOVERNO ABERTO (GE-CIGA)

**DATA:** 22.03.2018

**LOCAL:** Sala 824 do edifício sede do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

### **PARTICIPANTES:**

#### **Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União**

- José Marcelo Castro de Carvalho
- Otávio Moreira de Castro Neves
- Marcelo Vidal

#### **Casa Civil da Presidência da República**

- Giovanna Dias da Costas
- Maria Divina Olímpia de Souza

#### **Secretaria de Governo da Presidência da República;**

- Paula Araújo Corrêa

#### **Ministério da Fazenda**

- Ana Maria Melo Netto Oliveira

#### **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**

- Jean Paulo de Castro e Silva
- Augusto Herrmann Batista

#### **Ministério das Relações Exteriores**

- Pedro Fontoura
- Lílian Nunes Will

#### **Ministério da Justiça**

- Joelzo Francisco da Silva
- Maria das Graças Gonçalves Almeida
- Tiago Oliveira Loup

#### **Ministério do Meio Ambiente**

- Marcos de Mesquita Filho
- Carlos Alberto Coury

#### **Ministério da Educação**

- Marluvia Delfino Amaral
- Ana Karina Loschi

#### **Ministério da Saúde**

- Taís Porto Oliveira
- Wilson Coelho
- Wiviane Rizzi Wagner

## MEMÓRIA DA REUNIÃO

O Secretário-Executivo da CGU, José Marcelo Castro de Carvalho, abriu a reunião agradecendo a presença de todos. Ressaltou a importância do envolvimento dos órgãos ali representados na construção e implementação dos planos de ação no que concerne à atuação do governo no âmbito da Parceria para Governo Aberto (OGP).

Após a abertura, a reunião foi estruturada em dois momentos: primeiramente, o Diretor de Transparência e Controle Social, Otávio Moreira de Castro Neves, apresentou uma visão geral sobre a atuação do Brasil na OGP, destacando um histórico da Parceria e a forma de trabalho com o tema no Brasil. Explicou ainda que os ministérios da Educação, Saúde e Meio Ambiente, embora não fossem membros formais do GE-CIGA, haviam sido convidados a participar da reunião por serem órgãos muito demandados pela sociedade.

Em seguida, o Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência, Marcelo Vidal, explicou a metodologia utilizada no processo de elaboração do 3º Plano de Ação e destacou a criação do Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil, composto por 7 organizações que têm sido fundamentais para o êxito do Plano brasileiro. Vidal apresentou o status de cada um dos compromissos firmados e explicou como era realizado o monitoramento. Foi informado que, até a última rodada de monitoramento, o Brasil apresentava 58% do 3º Plano concluído. Segundo o coordenador, a expectativa é de que os 100% de execução sejam atingidos até o final do ano.

No segundo momento da reunião, foi explicado que, como o Brasil segue calendário internacional para a elaboração e implementação de seus Planos de Ação, o 4º Plano brasileiro precisava entrar em vigor até outubro de 2018, sendo fundamental, portanto, se iniciarem as tratativas para sua elaboração. Além disso, foi lembrado que durante processo de elaboração do 3º Plano, o Brasil passou por acontecimentos políticos que resultaram na mudança da Presidência da República. A troca de governo culminou no atraso do cronograma de trabalho e, como consequência, o Brasil tem prazos mais apertados para avançar na finalização da execução do 3º Plano de Ação e na elaboração do 4º Plano. Com o intuito de otimizar os recursos disponíveis (tempo e recursos humanos) para realização paralela das duas obrigações, foi proposta a prorrogação do mandato do GT da Sociedade Civil para que o atual Grupo pudesse trabalhar em ambas atividades: monitoramento do 3º Plano e elaboração do 4º.

A proposta foi questionada por Augusto Herrmann Batista, Analista em Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento. Herrmann se mostrou receoso com a manutenção do atual GT pois, segundo ele, o Ministério do Planejamento havia enfrentado algumas dificuldades de interação com a sociedade civil na execução do compromisso 1. Além disso, ele defendeu os aspectos positivos da alternância de mandato. Otávio Neves e Marcelo Vidal ressaltaram que era necessário separar os representantes do GT da Sociedade Civil dos representantes da sociedade civil responsáveis pela execução dos compromissos. Reforçaram, mais uma vez, que, além do GT, grupo responsável por assessorar o GE-CIGA na construção e monitoramento dos Planos, outras organizações da sociedade civil estão envolvidas nos compromissos, conforme a temática trabalhada. De acordo com os representantes da CGU, o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo atual GT tem sido enriquecedor e produtivo, sempre pautado em questões técnicas e baseado no diálogo respeitoso e honesto. De qualquer forma, foi destacado, que, na grande maioria dos compromissos, a parceria entre governo e sociedade tem sido bem-sucedida e a dificuldade relatada pelo servidor do Planejamento se tratava de algo pontual. Nesse sentido, o Coordenador-Geral de Gestão de Informações sobre Meio

Ambiente, Carlos Alberto Coury, deu o depoimento da experiência positiva que o MMA teve com a parceria.

Em relação à alternância de mandato, o Diretor de Transparência garantiu que, ainda em 2018, será lançado edital para composição de um novo GT. A diferença, no entanto, seria que, a partir da aprovação do GE-CIGA, cada GT constituído ficaria responsável pelo monitoramento do plano elaborado pelo grupo anterior e pela elaboração do plano seguinte. Tal proposta foi bem recepcionada por todos, uma vez que a nova forma de funcionamento fortalece o controle, garantindo independência entre quem elabora e quem monitora os planos. Diante dos esclarecimentos prestados, os representantes dos órgãos aprovaram a proposta.

Posteriormente, tendo em vista o sucesso da metodologia utilizada para construção do 3º Plano de Ação, modelo elogiado e replicado em outros países, foi sugerido que o GE-CIGA levasse ao GT a proposta de manutenção da metodologia aplicada. Nesse momento, foi reforçada a importância de se garantir que as regras estabelecidas para elaboração dos compromissos sejam seguidas em todas as oficinas. A sugestão foi acatada por todos.

Para finalizar, foi informado que o GT elaborou proposta de regimento interno que seria encaminhada aos representantes do GE-CIGA para avaliação.